

## Política de Privacidade e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados

### OBJETIVO GERAL

A presente Política de Privacidade de Dados Pessoais possui como objetivo geral a adequação da Sociedade **Marta Alves sociedade de Advogados**, doravante designada como Sociedade controladora, nos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), possuindo como finalidades os seguintes escopos:

- definir as ações que serão executadas pela sociedade controladora no âmbito da proteção de dados pessoais fornecidos pelos titulares dos dados;
- informar aos titulares dos dados sobre toda operação realizada com dados pessoais pela sociedade controladora;
- fundamentar com base na LGPD o tratamento ou a transferência de dados;
- garantir aos titulares das informações acesso claro, adequado e ostensivo sobre os tratamentos de seus dados pessoais;
- garantir que todos os dados pessoais coletados serão tratados de acordo com a lei;
- garantir que a coleta de dados pessoais sempre possuirá fins específicos e legais, não permitindo processamentos posteriores que não estejam adequados com a finalidade informada;
- garantir que todos os dados pessoais serão armazenados de forma que se permita a identificação dos titulares de dados;
- garantir que não serão coletados mais dados pessoais do que os estritamente necessários para atingir a finalidade do tratamento.

A presente Política de Privacidade de Dados Pessoais abrange os tratamentos realizados na plataforma da Sociedade controladora, com documentos enviados pelos Clientes, vinculados às informações inseridas em seu sistema. O presente dispositivo se aplica ainda para atividades de tratamentos físicos da Sociedade controladora. Para garantir uma maior proteção ao titular de dados, a Sociedade controladora fornece as seguintes medidas técnicas para evitar a aquisição e modificação de dados pessoais enviados eletronicamente por pessoas não autorizadas:

- Proteção do conjunto de dados contra acesso não autorizado;
- Acesso a contas e equipamentos somente após fornecer usuário e senha individuais;
- Certificado SSL.
- Criptografia, sempre que possível, aplicada a dados sensíveis.

### TRATAMENTO DE DADOS

A Sociedade controladora trata dados pessoais para as seguintes finalidades:

- interesse legítimo vinculado à atividade-fim da Sociedade controladora;
- cumprimento de obrigações legais, incluindo regulamentos fiscais e contábeis;
- conduzir processos judiciais, arbitrais, administrativos e extrajudiciais;
- documentar as relações contratuais para fins de prova para o período de limitação das reivindicações relacionadas a eles;

Os dados pessoais dos Clientes podem ser transferidos para terceiros envolvidos no tratamento dos dados e autoridades dos poderes Judiciário, Legislativo, e Executivo, tanto da administração pública direta como indireta, sendo de responsabilidade da Sociedade controladora indicá-los aos titulares dos dados.

São exemplos de terceiros envolvidos no tratamento de dados pessoais as empresas que prestam serviços de contabilidade, controladoria, investigação e perícia, serviços jurídicos, recursos humanos etc.

A Sociedade controladora garante que todas as empresas terceiras, envolvidas no processo de tratamento de dados, possuem contratos de atribuição, delimitando responsabilidades acerca da privacidade e proteção de dados pessoais.

A Sociedade controladora declara que implementou as medidas técnicas e organizacionais adequadas, que garantem um nível de segurança adequado e correspondente ao risco relacionado com o tratamento dos dados pessoais que lhe são confiados.

O administrador da Sociedade se compromete a verificar e atualizar regularmente as medidas técnicas e organizacionais utilizadas para fornecer um nível de proteção adequado aos dados pessoais, à Sociedade confiados.

A Sociedade controladora declara que, para garantir a segurança do processamento de dados pessoais, introduziu a Política de Proteção de Dados Pessoais, conforme preceitua o art. 50, § 2º, parágrafo I da LGPD, adequando seus procedimentos para o tratamento de dados pessoais.

O tratamento de dados pessoais, como parte das finalidades indicadas acima, inclui, em particular, sua coleção, modificação, armazenamento, visualização, atualização, análise e arquivamento.

Os dados pessoais serão armazenados pela Sociedade controladora pelo seguinte período:

- nas situações em que a base legal do tratamento dos dados pessoais seja o cumprimento de obrigação contratual, prevalecerá o período constante no contrato ou nas situações que ainda sobrevierem obrigações a serem cumpridas em decorrência do contrato. Nessa situação, poderão ser armazenados os dados até o período de prescrição do contrato.
- nas situações em que a base legal do tratamento dos dados pessoais seja o interesse legítimo da Sociedade controladora, os dados pessoais serão armazenados por prazo estipulado em Política de Proteção de Dados Pessoais. A Sociedade controladora garante que verificará periodicamente, no mínimo anualmente, se os dados constantes em armazenamento deverão ser mantidos conforme seu interesse legítimo ou deverão ser excluídos/destruídos.
- nas situações em que a base legal do tratamento dos dados pessoais seja o cumprimento de obrigação legal, preconizada pelo poder judiciário, nos processos judiciais que patrocinamos, os dados pessoais deverão ser mantidos até o período mínimo indicado pela lei, normativa ou regulamento.
- Em cumprimento ao disposto na LGPD e nos regulamentos da ANPD oferecemos o e-mail : [dpo@masa.adv.br](mailto:dpo@masa.adv.br), nomeando como titular, encarregado de proteção de dados da sociedade (DPO), **Diamantino Alves**, como meio e responsável para consulta, alteração ou remoção de seus dados ou ainda revisar a forma como eles são utilizados.

- O Artigo 8, parágrafo 5º da LGPD determina que o titular dos dados deve ter acesso gratuito e facilitado para revogar o consentimento anteriormente dado. O Artigo 18 da LGPD determina que o titular dos dados tem o direito a obter informações sobre o uso dos dados, acesso aos dados armazenados, correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados, remoção de dados, entre outros.
- Salientamos que os dados pessoais que dispomos são parte integrante dos processos que patrocinamos ou somos parte, e que somente serão utilizados para fins judiciais ou correlatos.